

T-LIGA



Sintrajufe RS
União, coragem e protagonismo.

Boletim do Sindicato dos
Trabalhadores do Judiciário Federal
no RS - Nº 346 - 1ª Quinzena
de Abril de 2013

REAJUSTE

CONQUISTAMOS; MAS A LUTA
AINDA NÃO ACABOU



EDITORIAL

Vitórias na área jurídica

O Sintrajufe/RS tem obtido grandes vitórias do ponto de vista jurídico para os sindicalizados. Um exemplo são as ações de quintos. Há anos os colegas aguardam, pois já tiveram o direito reconhecido, mas ainda não tinham a efetivação, ou seja, o recebimento.

No tocante à ação de quintos, a 1ª e a 3ª ações, ajuizadas pelo Sintrajufe/RS em 2003 e 2005, respectivamente, transitaram em julgado. Os colegas da JT já receberam precatórios e RPVs no ano passado. Os da 1ª Instância da JF e do TRF receberão neste ano os precatórios. Acredita-se que serão liberados no primeiro semestre, pelo caráter alimentar e preferencial sobre os demais créditos. As requisições de pequeno valor foram liberadas em 2012.

Quanto à 2ª e à 4ª ações de quintos, os processos estão sobrestados por conta do reconhecimento de repercussão geral, pelo STF. Todas as ações do país que tratam dessa matéria, no momento, estão sobrestadas. As entidades sindicais e a Fenajufe estão se habilitando no processo como parte interessada para acompanhamento da decisão.

Outra vitória a ser comemorada pelos colegas da JT são as diferenças da URP para os ex-celetistas. A ação teve como objeto o pagamento das diferenças salariais resultantes de índices inflacionários do período de fevereiro a maio de 1989 e suas repercussões. São processos que mostram o empenho do sindicato e de sua assessoria na busca dos direitos dos sindicalizados.

A peste integralista

Por Mário Maestri – professor do curso e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

É direito constitucional crer que os homossexuais queimarão no inferno. Ou que os negros descendem de macacos e os arianos, de cisnes brancos. É lícito crer que o fato de Karl Marx ter escrito *O capital* comprova que o judeu só pensa em dinheiro. Ninguém pode ser reprimido por pensar que a mulher é um ser incompleto. Sequer há crime em sentir-se atraído por criança. As concepções e as pulsações individuais são direitos individuais inarredáveis, por exóticas e desviadas que sejam.

É socialmente inaceitável que homofóbicos, racistas, pedófilos, misóginos e assemelhados afirmem positivamente suas concepções e impulsos, com palavras ou ações, ferindo comunidades frágeis ou discriminadas e a sociedade como um todo. A lei toma crescentemente consciência, ao punir o racismo, o sexismo, a pedofilia e a homofobia.

O integralismo – evangélico, católico, mulçumano, judaico, etc. – não nasce da vontade de respeitar estritamente o preceito religioso. Ele exacerba a consciência alienada e ferida das populações para propagandear o conservadorismo que viabiliza seus objetivos políticos, ideológicos e econômicos.

O proselitismo integralista luta para formatar a sociedade segundo o seu arbítrio e a sua autoridade, apoiado no que diz ser a vontade divina inquestionável. Ancora seu reacionarismo na negação obscurantista da racionalidade como padrão de convivência e de organização social. Os integralismos, em sua militância, recebem o apoio dos grandes interesses econômicos, interessados na conservação dos privilégios sociais.

No Brasil, o integralismo mobiliza-se contra a interrupção voluntária da gravidez; contra o reconhecimento civil da homoafetividade; contra a escola laica, pública, de qualidade; contra os direitos plenos da mulher, etc. Tudo em defesa de ordem natural, determinada pelos céus, onde reinam indiscutidos o patriarca sobre a mulher e os filhos; o patrão sobre os trabalhadores; os governadores sobre os governados; o pastor e o sacerdote sobre os fiéis.

No Brasil, avança a galope desenfreado o integralismo religioso, expandindo sua peste, suas sombras e suas tristezas sobre a mídia, a política, o lazer e a educação, etc., com o apoio oportunista e interessado dos representantes e autoridades públicas. Recua o laicismo acanhado, parido em 1889 pela República elitista, e apenas estendido, à custa de duras lutas, neste pouco mais de meio século.

Publicado originalmente em Diário Liberdade.

ALOJAMENTO DO SINTRAJUFES É UM SUCESSO!



Expectativas



Jordão José Nunes Aranha, Pelotas

A reunião deixou a sensação de que a presidente está disposta ao diálogo e a realizar coisas junto com os servidores. O documento que elaboramos em Pelotas, com sugestões para reverter a extinção das CDFs, teve boa acolhida.



Daniel Cruz da Silva, Lajeado

Apesar das poucas respostas, acho que nossa reunião com a presidente foi muito produtiva. Percebemos que o TRT tem preocupações semelhantes às nossas quanto à implantação do PJe. Queremos que o PJe comece bem e que não seja um empecilho na vida dos servidores.



José Assmann, diretor de base, Lajeado

Minha expectativa com essa reunião era a de obter algumas respostas mais concretas, o que acabou não acontecendo. Tudo indica que a implantação do processo eletrônico em Lajeado vai demorar um pouco. Isso nos dará tempo para aperfeiçoar os mecanismos. Quando o PJe chegar, provavelmente o processo estará mais azeitado.

Sintrajufe/RS discute com TRT a implantação do Pje-JT

No dia 26/3, os diretores do Sintrajufe/RS Barlese Freitas, Lucas Rohde, Silvana Klein e Zé Oliveira reuniram-se com a presidente do TRT-4, desembargadora Maria Helena Mallmann. Também participaram o juiz auxiliar de Gestão Estratégica, Roberto Teixeira Siegmann, e o diretor-geral, Luiz Fernando Taborda Celestino. A reunião contou ainda com os colegas Daniel Cruz da Silva, José Adriano Assmann, ambos de Lajeado, Jordão José Nunes, de Pelotas, e João César Jurinic, de Santa Rosa.

Os temas centrais foram a implementação do processo judicial eletrônico (Pje-JT), a extinção das distribuições (CDFs) e a estrutura das novas unidades. A crise na estrutura da JT, agravada com a implementação do Pje, foi reforçada pelos dirigentes e pelos colegas, preocupados com a extinção das CDFs e com o número de servidores nas novas unidades. Jordão entregou à desembargadora um documento com sugestões de novas atribuições para as distribuições, trabalho realizado pela CDF de Pelotas. Silvana falou sobre a saúde dos servidores, destacando o aumento de casos de adoecimento, provocados, principalmente, pelo uso ininterrupto do computador e pela sobrecarga de trabalho. A presidente do TRT reafirmou a disposição de conversar na busca de soluções. Ela convidou o sindicato a acompanhar o TRT em reunião sobre o Pje-JT, no TST, em abril.

Os sindicalistas sugeriram a implantação de um serviço de atendimento médico de emergência em cada uma das unidades da JT em Porto Alegre. A desembargadora disse que o assunto está sendo discutido. Também foram pautados problemas como a estrutura das VTs de Rio Grande, a segurança na VT de Viamão e o fechamento do restaurante das VTs de Bento Gonçalves.

Fotos Willians Barros



Colegas de cidades do interior participaram da reunião no TRT

Sindicato apresenta demandas a diretor do foro da Seção Judiciária

Os diretores do Sintrajufe/RS Silvana Klein e Zé Oliveira, acompanhados de Regina Margarida da Costa e Silva, da coordenação do Núcleo dos Oficiais de Justiça do sindicato, reuniram-se, no dia 19/3, com o diretor do Foro da SJRS, Eduardo Picarelli.

Foi entregue uma cópia de ofício com as demandas aprovadas no último Encontro Estadual dos Ojafs do Sintrajufe/RS. Entre elas, estão aquisição de equipamentos, cursos de capacitação e atualização, ampliação do número de servidores e a criação de um procedimento para casos de assaltos e acidentes durante o cumprimento de diligências.

Os diretores do sindicato trataram ainda de Rio Grande e Santa Maria. Sobre Rio

Willians Barros



Diretores e colega oficial de justiça participaram da reunião

Grande, os oficiais questionam parte da resolução 140, que dispõe sobre a criação e o funcionamento da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) em Santa Vitória do Palmar. Eles alegam que houve um acréscimo de atribuições e despesas pessoais sem qualquer contrapartida.

Remoção – Preocupados com a suspensão das remoções pelo TRE, os sindicalis-

tas pediram que a direção do foro mantenha o concurso de remoção. No dia 21/3, o sindicato protocolou requerimento pleiteando a retomada do concurso de remoção. A manutenção do concurso enquanto são realizados os estudos do impacto do pagamento da ajuda de custo poderia ser uma solução, já que as vagas não seriam providas de imediato por candidatos do concurso público.

Reforma – Sobre a reforma do 3º andar, onde se encontra o Núcleo de Gestão Funcional, os dirigentes sugeriram que os setores vinculados sejam deslocados para outra área, evitando problemas aos servidores. Também foram registradas preocupações com a postura em relação aos servidores e o serviço prestado pela empresa contratada para a instalação do controle de acesso ao prédio da JF.

O encontro tratou ainda do pedido encaminhado à prefeitura para instalação de um ponto do Bike POA em frente ao prédio da Justiça Federal, além da melhoria do transporte coletivo. Está agendada para o dia 10/4 uma audiência com o prefeito José Fortunati, da qual também participarão os diretores do Sintrajufe/RS.

Sintrajufe/RS pede isenção de pedágio para oficiais de justiça nos polos da EGR

No dia 4/4, os diretores Thomaz Farias e Zé Oliveira e o colega Milton Cabezudo Silveira, do Núcleo de Oficiais de Justiça, reuniram-se com o presidente da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), Luiz Carlos Bertotto. Eles entregaram um ofício solicitando uniformidade de isenção de pedágio nos polos que passarão a ser gerenciados pela EGR. A solicitação tem por base a resolução 3.916, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A isenção partiria de um cadastro prévio de oficiais de justiça e só seria válida exclusivamente em serviço. A autarquia irá elaborar um parecer jurídico, no caso de ser concedida a isenção, para regulamentar a forma de implementação.

Leandro Dóro / Especial



Demanda partiu do Núcleo de Oficiais de Justiça do sindicato

Reajuste da GAJ é finalmente pago e categoria discute regulamentação da lei

O reajuste da GAJ dos servidores do Judiciário Federal, que passou de 50% para 90%, de maneira parcelada, é apenas um dos aspectos contemplados com a aprovação da lei 12.774. Finalmente, depois da cobrança dos sindicatos e da Fenajufe, depois do atraso na votação do Orçamento da União, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, liberou o pagamento das diferenças da GAJ no final de março, reativamente.

Em que pese o fato de a nova lei não ser a reivindicação da categoria quando teve início a mobilização pelo PCS, a conquista representou um importante avanço da categoria, que conseguiu romper a política de reajuste zero do governo Dilma.

Pendências – A lei 12.774 não teve como norteador somente a aplicação de reajuste sobre a GAJ. O dispositivo também tem implicações na carreira ju-

Ari Teixeira / TRT



Sindicato reuniu-se com auxiliares para discutir a lei 12.774/12

judiciária. Uma delas é a redução para todas as carreiras, de 15 para 13 padrões. A regulamentação desse aspecto deve abranger pontos como progressão e promoção.

Outro ponto é a validação de atos tratando do enquadramento do antigo cargo de auxiliar operacional de serviços diversos, que foi feita nos tribunais na década de 1990. No dia 26/3, o Sintrajufe/RS realizou reunião com esse tema com colegas auxiliares judiciários da Justiça do Trabalho.

O diretor Zé Oliveira falou das conversas e do moni-

toramento que vem sendo feito pela Fenajufe e pelo sindicato, desde janeiro, junto ao Supremo e demais tribunais superiores e conselhos, para cobrar a implementação do artigo 3º citado da lei 12.774 e que esta se dê com uma interpretação o mais favorável possível aos servidores. No dia 10/4, haverá uma reunião com os auxiliares da Justiça Federal.

Bandeiras da categoria – Há várias bandeiras que precisamos continuar empunhando. Uma delas é a que introduz o adicional de qualificação, em 5%, para técnicos judiciários de ní-

vel médio que concluíram curso superior, proposta contida no PL 319/07. Esse projeto está no Congresso Nacional

Em reunião com ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, dirigentes da Fenajufe cobraram um canal permanente para discussão desses e outros temas, como plano de carreira, data-base, negociação coletiva, saúde, condições de trabalho, processo eletrônico e combate ao assédio moral. O ministro concordou com a criação de um grupo permanente, com representação de servidores, dentro do Conselho Nacional de Justiça, para abordar essas questões.

Agora, as entidades sindicais cobrarão do ministro a efetivação dessa agenda. São pontos que, certamente, também serão debatidos no Congresso da Fenajufe, que será realizado de 26 a 30 de abril, em Minas Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL

20 DE ABRIL - 14 HORAS

Pauta: eleição da Comissão Eleitoral; prestação de contas 2012 e autorização de ações judiciais

Sintrajufe/RS ganha ação da URP dos ex-celetistas da Justiça do Trabalho

O juiz do Trabalho substituto Max Carrion Brueckner, da 6ª VT, deve liberar, nesta semana, o despacho à petição do Sintrajufe/RS no caso da URP dos ex-celetistas da Justiça do Trabalho. Com o pedido, os representados na ação do sindicato poderão retirar os valores diretamente em seu nome no Banco do Brasil.

Saindo um posicionamento favorável, o Banco do Brasil poderá efetuar a liberação da forma que lhe for mais conveniente e o Sintrajufe/RS deverá divulgar as orientações. Tão logo saia o despacho, o sindicato irá contatar o banco para buscar uma maneira de agilizar o pagamento. De qualquer forma, os beneficiários, ao dirigirem-se



à instituição, devem levar preenchido o formulário de Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) para o Imposto de Renda e os dados para depósito do 1% para o sindicato (que será disponibilizado no site). Não há pagamento de honorários advocatícios, somente 1% a título de mensalidade, devido ao sindicato (tendo em vista que trata de diferenças remuneratórias que, se fos-

sem pagas à época, incidiriam sobre a remuneração dos servidores).

Os dados da conta para o depósito são os seguintes: Banco do Brasil 001 - Agência: 3255-7, Conta-Corrente: 5647-2. Identifique o depósito e/ou encaminhe cópia do comprovante para o fax 3235-1977 ou para o e-mail retrabalho@sintrajufe.org.br ou entregue no sindicato.

Sintrajufe/RS ajuíza ação de adicional de penosidade

O Sintrajufe/RS protocolou ação que visa ao pagamento do adicional de penosidade, buscando a isonomia a partir da edição da portaria 633 pelo Ministério Público da União

que, no final de 2010, autorizou o pagamento do adicional a servidores lotados até 150km da fronteira e lugares como a Amazônia Legal. O sindicato já havia encaminhado administra-

tivamente aos tribunais e aos conselhos superiores.

A ação, protocolada sob o número 5017670-03.2013.404.7100, está na 6ª Vara Federal.

Entenda o caso

O Sintrajufe/RS ajuizou ação, em 1989, visando ao pagamento das diferenças salariais resultantes dos reajustamentos de fevereiro a maio e suas repercussões, conforme o decreto-lei 2.335/87. Na época, o sindicato ingressou para toda a categoria, mas a sentença limitou os efeitos do processo somente aos sindicalizados no grupo substituído ocupantes dos antigos cargos de servidores da JT regidos pela CLT.

O Sintrajufe/RS obteve vitória no processo judicial. Como as contas correntes judiciais foram abertas em nome dos servidores substituídos e os créditos devidos foram depositados, o sindicato defendeu a liberação imediata dos valores a cada servidor, o que também facilitará procedimentos quanto ao Imposto de Renda para os servidores.

Ação busca GAS para quem recebe FC

No dia 5/4, o Sintrajufe/RS ajuizou ação que visa ao pagamento da GAS, (Gratificação de Atividade de Segurança) cumulada com função comissionada ou cargo em comissão, para os servidores substituídos sindicalizados, desde que estes tenham relação direta e exclusiva com a área de segurança judiciária. Protocolada sob o nº 5017680-47.2013.404.7100, a ação foi distribuída para a 5ª Vara Federal.

Está no ar o novo saite do Sintrajufe/RS



No dia 18/3, o Sintrajufe/RS colocou no ar o novo saite, que traz um visual mais moderno e funcional. As informações estão agrupadas de maneira a

agilizar a busca e há um espaço para que os servidores publiquem dicas culturais, artigos e compartilhem projetos nos quais estejam envolvidos.

“Ministro do plim-plim” fala em regulamentação do setor



Depois de ser retratado pela revista Carta Capital como o ministro do “plim-plim” e do “trim-trim”, por favorecer a Globo e também operadoras de telefonia, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, mudou o discurso e defendeu a regulação da mídia. Há pouco tempo, em entrevista a um jornal paulista, o ministro havia

descartado a discussão, pelo governo, de uma Lei de Meios, semelhante à que foi implantada na Argentina para coibir a concentração nos meios de comunicação. Em dois anos de governo Dilma, o Brasil, ao contrário de seus vizinhos sul-americanos, não avançou um único passo no caminho da democratização das comunicações.

Ascensão funcional será assunto de encontro entre Condsef e deputada

Após solicitação feita pela Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), entidade filiada à CUT, a deputada federal Andrea Zito (PSDB-RJ) concordou em receber a entidade para debater formas de defender a aprovação de critérios para garantir a ascensão funcional aos servidores públicos. O objetivo é aprovar a PEC 34/07, desarquivada em 2011, que cria regras para dar possibilidade a servidores que se qualificam a ascender profissionalmente. Pela utilização inadequada no passado, o direito à ascensão funcional passou a ser encarado apenas como trampolim para os famosos “trens da alegria”, que estimulavam a proliferação de cabides de empregos. As entidades sindicais defendem a ascensão com critérios bem definidos, como a PEC 34 propõe.

Circuito Integração: 490 inscritos

No dia 6/4, um dia após o fechamento desta edição, teria início o Circuito Integração, que conta com patrocínio do Sintrajufe/RS. Os



jogos acontecerão ainda nos dias 13 a 27/4, 4/5 e 7 a 9/6, em várias cidades do estado. No total, foram 490 inscritos, entre magistrados, servidores, estagiários e familiares.

FSM: CUT lança manifesto na Tunísia

Durante a realização do Fórum Social Mundial, em março, na Tunísia, a CUT lançou um manifesto em defesa de um FSM autônomo,

Foto: Arquivo Sintrajufe/RS



plural e representativo. De acordo com o documento, as contradições sociais que levaram à criação do FSM, em 2001, não acabaram, pelo contrário. Veja a íntegra em <http://migre.me/dZQ7s>.



Das 16h às 18h Banca Sintrajufe nas varas trabalhistas

13 DE ABRIL

Circuito Integração em Santo Ângelo (reunindo Ijuí, Santa Rosa e Cruz Alta)

Circuito Integração em Santa Maria (reunindo São Borja, Santiago e Cachoeira do Sul)

16 DE ABRIL

19h Lançamento da Festpoa Literária no Teatro do Sesc (rua Alberto Bins, 665)

10 DE ABRIL

Das 13h às 15h Banca Sintrajufe no TRT

11h Reunião na prefeitura de Porto Alegre sobre transporte coletivo e Bike POA

15h Reunião com os auxiliares da 1ª Instância da Justiça Federal e do TRE, em local a confirmar, no tribunal.

17 DE ABRIL

Das 13h às 15h Banca Sintrajufe no TRE

Das 16h às 18h Banca Sintrajufe no Anexo do TRE

18 DE ABRIL

15h Reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajufe/RS

20 DE ABRIL

9h Reunião do Conselho Geral do Sintrajufe/RS

14h Assembleia geral. No Salão Multicultural da Ecosede

Circuito Integração em Pelotas (reunindo Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão)

25 DE ABRIL

Quintativa do Núcleo de Aposentados do Sintrajufe/RS



26 A 30 DE ABRIL

Congresso Nacional da Fenajufe em Minas Gerais

CONVÊNIOS

LAZER

CINEMA

- 26 a 24/4 - entrega de ingressos
- 6 a 8/5 - reserva de ingressos

O sindicato tem parceria com a Movie Arte Cinesmas, em Bento Gonçalves, Erechim e Santa Maria. O ingresso com desconto pode ser comprado diretamente na bilheteria, basta apresentar a carteira de sindicalizado.

EDUCAÇÃO

FMP

• A Fundação Escola Superior do Ministério Público oferece cursos preparatórios para as carreiras jurídicas com ênfase à do Ministério Público. Há também cursos de pós-graduação em diferentes áreas jurídicas e curso de bacharelado em Direito, além de especializações nas áreas de Direito Penal e Processual

Penal, Gestão Pública, Direito dos Seguros, Processo Civil, Direito dos Contratos Internacionais e Direito Privado Contemporâneo.

O curso preparatório para as carreiras jurídicas é oferecido também via EAD, com gravação de aulas presenciais.

O Sintrajufe/RS firmou convênio com a FMP, que oferece descontos para sindicalizados e depen-

des. Você pode obter mais informações pelo telefone (51) 3027-6565 ou pelo site www.fmp.org.br.



BOLETIM QUINZENAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Lucas Rohde - EDIÇÃO: Rosane Vargas - DIAGRAMAÇÃO: Leandro Dóro e Rosane Vargas
REDAÇÃO: Rosane Vargas e Willians Barros - ILUSTRAÇÕES: Leandro Dóro - PROJETO GRÁFICO E CAPA: Interlig - IMPRESSÃO: VT Propaganda - Tiragem: 5.000 exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 • Fone/Fax: 51 3235.1977
E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br • site: www.sintrajufe.org.br • blog: www.blogdosintrajufe.blogspot.com • www.twitter.com/sintrajufe